

A LEI COMO LEI NACIONAL DE ISRAEL

OWEN D. OLBRICHT

“Pois que grande nação há que tenha deuses tão chegados a si como o Senhor, nosso Deus, todas as vezes que o invocamos? E que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho?” (Deuteronômio 4:7, 8).

Vimos que Deus fez uma aliança com os israelitas para ser o Deus deles e separá-los como um povo especial. Para ensinar-lhes como ser Seu povo, Deus providenciou a Lei. Essa Lei, com todas as diversas estipulações que Deus impôs aos israelitas, também deveria ser a lei nacional deles. Israel deveria ser uma teocracia, uma nação governada por Deus. A Lei continha estatutos inter-relacionados para reger as relações familiares, a dieta alimentar, as questões estatais e as responsabilidades da comunidade. Ela pormenorizava as obrigações pessoais, bem como as religiosas e morais.

As leis que Deus outorgou a Israel não foram registradas numa ordem especial. Muitas ordenanças que regiam áreas de conduta semelhantes foram intercaladas, mas algumas foram agrupadas numa seqüência. Tais agrupamentos aplicavam-se a relações pessoais, responsabilidades individuais, questões civis, deveres religiosos e outras considerações.

UMA LEI PARA UM POVO

Uma Certa Nação

A Lei que Deus outorgou a Israel no monte Sinai nunca havia sido dada antes. Enquanto Abraão, Isaque e Jacó viveram na terra de Canaã, não precisaram de uma lei nacional. Mesmo seus descendentes no Egito não precisaram de uma lei para governá-los, pois eram um povo escravo, sujeito às leis do Egito. Só depois de saírem do

Egito, tornaram-se uma nação separada, carente de uma lei nacional própria. Deus remediou a situação dando-lhes uma Lei.

Moisés deixou implícito que outras nações não receberam a Lei, ao dizer: “Que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho?” (Deuteronômio 4:8).

Davi escreveu:

Mostra a sua palavra a Jacó,
as suas leis e os seus preceitos, a Israel.
Não fez assim a nenhuma outra nação;
todas ignoram os seus preceitos.
Aleluia! (Salmos 147:19, 20).

Paulo também ensinou esta verdade: “Quando, pois, os gentios, que não têm lei, procedem, por natureza, de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos” (Romanos 2:14). Paulo também assinalou em 1 Coríntios 9:21 que houve quem não tivesse a Lei. Somente os que pecaram debaixo da Lei serão julgados pela Lei (Romanos 2:12).

A Lei, uma expansão dos dez mandamentos (Êxodo 34:27, 28; 1 Reis 8:9, 21), foi dada somente a Israel. O povo de Israel, a nação que Ele libertou da escravidão egípcia, era o povo escolhido de Deus.

Uma Certa Terra

A aliança dada por Deus deveria ser obedecida na terra de Israel, pois a própria natureza de alguns estatutos dificultava sua observância fora das fronteiras nacionais. Moisés disse: “Eis que vos tenho ensinado estatutos e juízos, como me mandou o Senhor, meu Deus, para que assim façais no meio da terra que passais a possuir” (Deuteronômio 4:5; veja também 6:1, 2).

Uma Certa Cidade

Deus ordenou que Israel O buscasse no lugar

escolhido por Ele (Deuteronômio 12:5–7). Esse lugar era a cidade de “Jerusalém... cidade que o Senhor escolhera de todas as tribos de Israel, para estabelecer ali o seu nome” (1 Reis 14:21b; veja também 1 Reis 11:13; 2 Reis 21:4, 7). Ir a Jerusalém demandava grande esforço para alguns que moravam distante, nas extremidades da terra de Israel, mas esse mandamento seria quase impossível se todos os povos do mundo tivessem de observá-lo.

Deus instruiu Israel a fazer o seguinte, quando entrassem na Terra Prometida:

Então, haverá um lugar que escolherá o Senhor, vosso Deus, para ali fazer habitar o seu nome; a esse lugar fareis chegar tudo o que vos ordeno: os vossos holocaustos, e os vossos sacrifícios, e os vossos dízimos, e a oferta das vossas mãos, e toda escolha dos vossos votos feitos ao Senhor (Deuteronômio 12:11; veja também 26:2).

O povo deveria comer o dízimo de seus grãos ou os primogênitos de seus rebanhos somente nesse lugar, Jerusalém. Se morassem longe demais para transportá-los até o lugar que Deus havia escolhido, então deveriam convertê-los em dinheiro, comprar o que fosse necessário e comer isso no lugar escolhido por Deus (Deuteronômio 12:17–22, 26–28; 14:23–26).

A cidade escolhida por Deus era onde todos os sacrifícios tinham de ser feitos (Deuteronômio 12:13, 14, 26). As três festas anuais (a Páscoa, a Festa das Semanas e a Festa dos Tabernáculos; Deuteronômio 16:2–15) tinham de ser observadas ali. Todos os homens tinham de comparecer nessas festas (Deuteronômio 16:16).

Os casos de tribunal deveriam ser julgados pelos sacerdotes nessa cidade (Deuteronômio 17:8–13). A Lei tinha de ser lida a cada sete anos durante a Festa dos Tabernáculos nesse lugar (Deuteronômio 31:10, 11).

UMA LEI PROCEDENTE DE DEUS

Moisés afirmou que Deus ordenara os estatutos e juízos que ele apresentou a Israel. Eram mandamentos de Deus, e não regras e regulamentos inventados por Moisés. Depois de proferir os mandamentos em Levítico, Moisés escreveu: “São estes os mandamentos que o Senhor ordenou a Moisés, para os filhos de Israel, no monte Sinai” (Levítico 27:34).

Enquanto pronunciava os mandamentos, estatutos e juízos da Lei, Moisés lembrou Israel,

vez após vez, que estes procediam de Deus, o que significava que não procediam de Moisés. Eis aqui uma amostra dessas afirmações: “Quando errardes e não cumprirdes todos estes mandamentos que o Senhor falou a Moisés...” (Números 15:22–24); “portanto, obedecerás à voz do Senhor, teu Deus, e lhe cumprirás os mandamentos e os estatutos que hoje te ordeno” (Deuteronômio 27:10)¹. Afirmações do tipo: “Disse mais o Senhor a Moisés” (Levítico 18:1; 19:1; 20:1; Números 8:23; 15:1), indicam que o que foi dado a Israel era a lei de Deus e não uma lei inventada por Moisés.

Embora eu pareça estar insistindo em que era de Deus o que Moisés ordenou, é necessário apresentar o peso da evidência. Algumas pessoas tentam traçar uma distinção entre “a lei de Moisés” e a “lei de Deus”. Tal distinção não tem fundamento no ensino do Antigo Testamento, nem no ensino do Novo Testamento. Tudo o que Deus outorgou por meio de Moisés consiste na Lei — os mandamentos, estatutos, juízos e ordenanças de Deus. Embora seja, às vezes, chamada “a lei de Moisés” (Josué 8:31; 1 Reis 2:3), a lei não era dele. Da mesma forma, Paulo referiu-se ao “meu evangelho” (Romanos 2:16; 16:25) e usamos a expressão “o ensino dos apóstolos” (Atos 2:42), embora o evangelho e todos os seus ensinamentos sejam de Cristo.

UMA LEI COM CASTIGOS

Infringir qualquer uma dessas leis resultava em certos castigos. Muitas das violações incorriam em castigo de morte, enquanto outras exigiam do ofensor restituição do crime ou uma pena da mesma dimensão que a ofensa praticada contra o indivíduo injustiçado. Além de se retificar com a parte ofendida, era necessário fazer ofertas a Deus por violações não intencionais por meio do devido sacrifício (Levítico 4:27–35). Deus exigia a restituição e/ou o sacrifício no lugar de se pagar uma multa como se faz, hoje, em alguns sistemas legais.

CONCLUSÃO

As leis que Deus deu a Israel por intermédio de Moisés eram especificamente para eles obede-

¹ Afirmações semelhantes são feitas em Deuteronômio 4:40; 8:11; 10:13; 11:27, 28; 13:18; 28:1, 13, 15; 30:8.

cerem como uma nação, não se destinavam a outras nações. Essas leis incluíam pormenores que regiam a maioria dos aspectos da vida

pessoal, civil e religiosa dos indivíduos. A obediência a essas leis conservaria Israel separado, como o povo escolhido por Deus. ■

DEZ MANDAMENTOS

A Lei que Deus deu à nação de Israel (Deuteronômio 4:7, 8) constituía-se de “mandamentos”, “ordenanças”, “testemunhos”, “preceitos”, “estatutos” e “juízos”, inclusive o cerne da aliança, os dez mandamentos. O termo “lei” era usado com referência a qualquer um dos mandamentos de Deus, incluindo os dez mandamentos. Uma boa indicação disso encontra-se em Salmos 119. Embora Davi não tivesse mencionado uma aliança nem os dez mandamentos neste salmo, ele os incluiu em termos como “lei” (v. 1), “testemunhos” (v. 2), “preceitos” (v. 4), “estatutos” (v. 5), “mandamentos” (v. 6), “juízos” (v. 7) e “ordenanças” (v. 16). (As traduções podem variar aqui.)

A Lei que Deus deu a Israel incluía os dez mandamentos. Antes do relato de como elas foram dadas (Deuteronômio 5:6-21), aparece a seguinte afirmação: “Esta é a lei que Moisés propôs aos filhos de Israel. São estes os testemunhos, e os estatutos, e os juízos que Moisés falou aos filhos de Israel, quando saíram do Egito” (Deuteronômio 4:44, 45).

Proferida como um prefácio ao pronunciamento da Lei, a afirmação de Moisés em Deuteronômio 5:1b, 2 indicava que os dez mandamentos podiam ser considerados “estatutos” e “ordenanças”: “Ouvi, ó Israel, os estatutos e juízos que hoje vos falo aos ouvidos, para que os aprendais e cuideis em os cumprirdes. O Senhor, nosso Deus, fez aliança conosco em Horebe”.

A aliança propriamente constituía-se de mandamentos que atingiam a necessidade que a nação de Israel tinha de controlar suas atividades. A natureza da Lei é indicada no segundo mandamento, no qual Deus prometeu mostrar “misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus manda-

mentos” (Deuteronômio 5:10).

Os dez mandamentos compunham o documento básico com o qual Deus comprometeu-Se com Israel. Oito dos dez mandamentos estavam na forma negativa. Só o quarto e o quinto eram afirmações positivas: “Lembra-te do dia de sábado, para o santificar”, e: “Honra a teu pai e a tua mãe”. Todos os dez manda-

mentos foram afirmações breves e simples, sem definir completamente seus parâmetros nem elaborar com cuidado sua execução.

Por isso, com certeza surgiriam dúvidas relativas à execução dos termos da aliança: “O que está implícito em cada um dos mandamentos?”; “quais ações violam os mandamentos?”; “como determinar se um mandamento foi ou não violado?”; “como uma pessoa que violou um mandamento deve ser punida?” Tais

dúvidas tinham de ser respondidas. Os estatutos, mandamentos, preceitos, ordenanças, testemunhos e juízos existiram para esse propósito. (Veja Deuteronômio 4:14.) Sem esses estatutos e juízos, a aliança seria apenas um conjunto frágil de leis sem informações adequadas sobre como se fazer para que fossem cumpridas. Violar qualquer uma dessas afirmações ampliadas seria o mesmo que violar a aliança, pois essas instruções complementares foram dadas a fim de ajudar Israel a identificar os parâmetros dos dez mandamentos.

A violação da maioria dos mandamentos incorria em pena de morte. As exceções eram o roubo, a mentira e a cobiça. Até mesmo o roubo poderia resultar em morte se envolvesse o rapto de uma pessoa (Êxodo 21:16; Deuteronômio 24:7). Isso também se aplicava à cobiça, se esta levasse à violação de outros mandamentos.

- I. Não terás outros deuses diante de mim.
- II. Não farás para ti imagem de escultura...
- III. Não tomarás o nome do Senhor, teu Deus, em vão...
- IV. Lembra-te do dia de sábado, para o santificar.
- V. Honra teu pai e tua mãe...
- VI. Não matarás.
- VII. Não adulterarás.
- VIII. Não furtarás.
- IX. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.
- X. Não cobiçarás...

(Êxodo 20:1-17)